

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.637.917 - PE (2016/0297825-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
**RECORRIDO** : DIOGO DINIZ DE MORAES  
**ADVOGADOS** : FELIPPE GONÇALVES GARCIA DE ARAÚJO E OUTRO(S) - PB016869  
LARISSA FERNANDES GUIMARAES - PB016834  
LEONARDO VICTOR DANTAS DA CRUZ - PB016838  
**INTERES.** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADO** : FRANCISCO EDWARD AGUIAR NETO E OUTRO(S) - PB012199  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 208-209):

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FINANCIAMENTO ESTUDANTIL. CARÊNCIA. RESIDÊNCIA MÉDICA. EXTENSÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA CEF E DO FNDE.

1. A sentença apelada concedeu a segurança para determinar aos impetrados que se abstenham de efetuar a cobrança das prestações do financiamento nº até que o 13.0041.185.0003984-57 impetrante conclua a Residência Médica em Patologia.
2. A Lei 12.202/2010 promoveu alterações na Lei 10.260/2001, que trata sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior - FIES, incluindo nesta o art. 6º-B, que dispõe que "os graduados em medicina que optarem por ingressar em programa de Residência Médica terão o prazo de carência para pagamento do financiamento estendido até o fim da residência, desde que o curso seja credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica e de especialidade definidas como prioritárias em ato do Ministro de Estado da Saúde".
3. Regulamentando o art. 6º-B da Lei 10.260/2001, foi editada, pelo Secretário de Atenção à Saúde e pelo Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, a Portaria Conjunta nº 2 de 25 de agosto de 2011, que definiu, em seu ANEXO II, as especialidades prioritárias.
4. Preenchidos os requisitos exigidos pela Lei 10.260/2001 para a extensão do período de carência previsto no §3º do art. 6º-B da Lei 10.260/2001.
5. Em relação ao fato de o contrato do impetrante ter sido firmado anteriormente à edição da Lei 12.202/2010, que promoveu as alterações na Lei 10.260/2001, incluindo o art. 6º-B, tem-se que tal circunstância não

# *Superior Tribunal de Justiça*

impede a concessão do benefício, a teor do entendimento firmado pelos Tribunais pátrios.

6. Remessa oficial e apelação improvidas.

O recorrente alega, em síntese: i) ausência de prova de que o curso a que se vincula é credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica, conforme registro informatizado do Ministério da Saúde (arts. 3º-A da Portaria 1.377/11/MS e 1º da Lei 6.932/1981); ii) ilegitimidade do FNDE (art. 3º, II, § 3º, da Lei 10.260/2001); iii) ausência de prova pré-constituída; e iv) extensão do prazo de carência para financiamento.

Sem contrarrazões, o recurso especial foi admitido na origem (e-STJ, fl. 203).

Parecer pelo conhecimento em parte e, nessa extensão, desprovimento (e-STJ, fls. 242-244).

É o relatório.

A pretensão recursal alusiva à ilegitimidade do FNDE apoia-se no teor dos contratos, não se extraíndo da lei conteúdo normativo suficiente para afastar a presença da entidade gestora no polo passivo. Incidência das Súmulas 5/STJ (A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial) e 284/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

Esse mesmo óbice incide quanto à alegação de falta de prova pré-constituída, desconectada de qualquer dispositivo de lei federal a suportá-la, e também quanto à "extensão do prazo de carência", que, lançada isoladamente, sequer se extrai qualquer pretensão.

A apreciação de inexistência das provas de credenciamento no CNRM e de registro no sistema informatizado do MS, por sua vez, atrai a incidência da Súmula 7/STJ (A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator